

Correlação Impossível *Consenso*

“Não é por falta de consenso que se ameaça adiar indefinidamente uma reforma que todos têm como rigorosamente necessária: a reforma da Constituição. Sem esta as outras ficam difíceis, para não dizer impraticáveis, nos níveis de hierarquia da legislação ordinária.

—Vai começar a funcionar, por exemplo, no Senado uma comissão especialmente constituída para estudar a reformulação da Lei de Segurança Nacional. Será possível empreender esse trabalho de modernização de um diploma de pele engelhada, mas de braço ameaçador, sem o tratamento geriátrico das normas de hierarquia maior que lhe dão validade? É claro que ninguém ignora o embaraço a que está sendo levado o Congresso, em matéria tão relevante.

Quanto à necessidade da reforma da Constituição, no entanto, há consenso — palavra que de tão usada corre por sua vez o risco de sair de moda. Um representante da Bahia no Senado, filiado ao PDS, percebeu o impasse e sugere uma saída simples: a criação de uma comissão especial que fique incumbida de receber em determinado prazo sugestões de todos os Partidos para iniciar a elaboração de um texto sobre o qual possa o Congresso realizar trabalho objetivo e adequado à nova atmosfera política.

A essa sugestão referiu-se um porta-voz do Planalto de modo oblíquo, para afirmar somente que o Governo não tomaria a iniciativa de suscitar o debate da reforma nem limitaria a liberdade do PDS para fazê-lo. Parece pouco e é muito, considerando-se que a maioria do Partido oficial reconhece expressamente, por suas vozes mais qualificadas, a necessidade e urgência da reforma, discordando apenas da Oposição quanto ao modo de realizá-la.

Acaba-se tentado, no entanto, a inverter a fórmula para afirmar que a palavra do Planalto, parecendo dizer muito, disse pouco ou nada. Nesse domínio, nas circunstâncias atuais e no sistema presidencial (mesmo se ele funciona em normalidade plena), simplesmente não haverá reforma nenhuma se a iniciativa não for do Presidente da República. No curso do atual processo político, soam como ironia pura as declarações que a respeito fez à imprensa o Ministro da Justiça para lembrar o óbvio: basta que os Partidos se entendam e reúnam dois terços de votos favoráveis às emendas que desejarem. “O processo da reforma está no bojo da própria Constituição.”

Falta dizer, sem ironia que não cabe, que para o entendimento entre os Partidos, no âmbito das duas Casas do Congresso, é indispensável que se entendam antes o Governo e um desses Partidos, que é o instrumento parlamentar da formulação da política legislativa da Presidência. É verdade que “as eleições transferiram para os Governos estaduais e para o Congresso parte dos poderes antes concentrados nas mãos do Governo federal”. Mas não é igualmente exato que o entendimento dessa “nova correlação de forças” se fará “na medida em que o país tome consciência das mudanças geradas em novembro”.

Essa consciência precisa formar-se é nas esferas mais altas do Governo, nas quais por enquanto as palavras discutem palavras para impedir que certos fatos se produzam em consonância com a nova realidade gerada em novembro. Nossa tendência para o marasmo, agravada agora por um medo inexplicável a mudanças universalmente reconhecidas como indispensáveis e urgentes, leva-nos a esquecer os objetivos da trégua proposta na mensagem presidencial e conduz as bancadas parlamentares a um penoso exercício retórico, cujo objeto é a trégua em si mesma.

Quase um mês depois de inaugurada a primeira sessão da nova legislatura, o Congresso recém-eleito funciona exatamente como o que se exauriu nos jogos evasivos com o Planalto. A meta principal dos trabalhos que a trégua propiciariam foi como que abandonada à impotência dos grupos parlamentares isolados. Declara-se que a reforma constitucional pode ser discutida livremente pelo Partido governamental mas adianta-se que o Governo continuará ausente do debate.

A “nova correlação de forças” de que falou o Ministro da Justiça é uma frase vazia de sentido, ou cheia somente de ironia e sarcasmo, se as novas forças correlacionadas não se encontram sob uma liderança claramente identificada por objetivos definidos em cada setor, principalmente no Congresso para onde convergem naturalmente os sinais da ansiedade nacional e de onde devem partir, por força do processo institucional, os atos correspondentes aos apelos da sociedade. Não há forças novas que se correlacionem, de forma eficaz, sob uma liderança que se deixou envelhecer e parece ter perdido o rumo dos próprios objetivos.